

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A alimentação hospitalar é um serviço de importância vital nos cuidados hospitalares, particularmente no serviço de internamento. Este serviço é por isso parte integrante dos cuidados de saúde e uma necessidade permanente no funcionamento das unidades de cuidados hospitalares. Daí que seja fundamental o respeito e valorização dos direitos dos trabalhadores e a garantia das condições de higiene e segurança.

O PCP reuniu com o Sindicato da Hotelaria do Sul, tendo recolhido diversas preocupações. As consequências da opção de concessão e privatização do serviço de alimentação hospitalar têm vindo a ser evidente desde logo na redução drástica do número de trabalhadores, na desregulamentação dos horários de trabalho e intensificação dos ritmos de trabalho, na prática de salários de miséria.

As tabelas salariais consagram salários muito baixos, próximos do salário mínimo, com valores inalterados desde há vários anos, e agravado com a caducidade dos contratos coletivos de trabalho.

Nos últimos 6 anos, estes dois hospitais teriam um total de cerca de duas centenas de trabalhadores, atualmente serão cerca de uma centena. De resto, a listagem de funcionários não tem sido atualizada o que mereceu uma queixa à ACT da parte do sindicato, que não teve ainda resposta.

Devido à redução drástica de pessoal os ritmos de trabalho tornaram-se extenuantes, pois o mesmo nível de serviço é assegurado por menos trabalhadores, por exemplo, os trabalhadores na distribuição personalizada têm hoje a seu cuidado 2 a 3 serviços de internamento, quando antes estavam destacados apenas para 1. Estes ritmos são agravados por jornadas de trabalho de horários de 12 horas diárias, o que provoca um desgaste físico e psicológico profundo.

Do Hospital dos Capuchos chegam relatos preocupantes de trabalhadores que passaram a ter a seu cargo 35 doentes, por vezes transportando a comida em carrinhos que passam por espaços

exteriores, por vezes à chuva. Para além de tudo isto, ocorreram já acidentes de trabalho com gravidade.

Importa ainda referir que, grande parte dos trabalhadores que asseguram este serviço tem vínculo precário, subcontratados através de empresa de trabalho temporário.

A formação profissional fica muito aquém do que seria necessário, com duração e conteúdos muito limitados. Em contrapartida, a estes trabalhadores é exigida maior rapidez e maior eficiência em menor tempo e com menores condições, o que se traduz numa desumanização no tratamento dos doentes, não existe muito mais do que largar o tabuleiro com a comida, passando imediatamente para o próximo. O material de trabalho é obsoleto, os carrinhos são antigos e demasiado pesados, tornando-se perigosos para quem os transporta e causando doenças profissionais. Também no que respeita à qualidade e quantidade das refeições a situação não é melhor, devido à insuficiência de dietistas que acompanhem o empratamento. Infelizmente, estes trabalhadores estão literalmente na linha da frente do descontentamento dos utentes o que origina um redobrado desgaste emocional.

A empresa exploradora das cantinas do Hospital de S. José e dos Capuchos foi até fevereiro de 2019 a *Itau*, sendo que hoje é a *Uniself* a responsável pelo serviço.

O Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria do Sul representativo destes trabalhadores várias vezes questionou as chefias da *Itau* sobre aumentos salariais, incumprimento dos direitos dos trabalhadores e condições de trabalho, tendo obtido como resposta que tal se devia a falta de pagamento por parte do Estado. Para além de tudo isto, pela gravidade que representa, importa referir que a *Itau* se tem recusado a fornecer o caderno de encargos à comissão sindical.

Face a todos estes problemas, transversais a todo o SNS, parece cada vez mais urgente devolver estas tarefas ao serviço público, reforçando a qualidade do serviço e dos direitos dos trabalhadores. Existe um número reduzido de empresas multinacionais (*Itau, Eurest, Uniself, ICA, Nordigal e Sodexo*) que controlam o serviço de alimentação hospitalar no SNS. Aliás, recorde-se que em 2009 a Autoridade da Concorrência acusou estas empresas de concertação de preços e troca de informações sensíveis/ cartelização. Estamos a falar da (como noticiou o Observador em 29 de novembro de 2017). Outros grupos ainda, como a *Trivalor*, concentram serviços de limpeza, segurança e das máquinas de alimentação.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que por intermédio do Ministério da Saúde, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que acompanhamento tem feito o Governo quanto ao cumprimento do contrato de concessão do serviço de alimentação hospitalar?
2. Solicitamos o envio dos Relatórios e outros documentos de acompanhamento ao contrato de concessão deste serviço?
3. Reconhece o Governo que a concessão e privatização deste serviço se traduziu em degradação da qualidade do serviço prestado e nos direitos dos trabalhadores?
4. Está o Governo disponível para internalizar este serviço de alimentação hospitalar?

Palácio de São Bento, 27 de março de 2019

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)